

A LUSOFONIA NÃO É UM JARDIM OU DA NECESSIDADE DE “PERDER O MEDO ÀS REALIDADES E AOS MOSQUITOS”

Maria Manuel Baptista
Universidade de Aveiro

“Creio que as relações entre europeus e indígenas nas colónias portuguesas são as melhores do Mundo”

Marcelo Caetano, 1946

“(…) O contacto de culturas manifesta um desejo utópico de retratar a história e as relações entre diferentes comunidades (...) como sendo uma relação sem poder, sem conflito.
(…) Estou a pensar, por exemplo, na retórica que preside às comemorações dos descobrimentos portugueses ou à criação da CPLP, ou à própria ideia de lusofonia.”

M. Vale de Almeida, 1998

A presente reflexão parte da ideia de que a lusofonia sinaliza e encobre em Portugal o lugar do verdadeiramente “não dito,” uma espécie de espaço fantasmático da nossa cultura, apesar de paradoxalmente tanto se utilizar este conceito. Acontece, porém, que esse excesso de presença, desde logo no espaço mediático português,¹ esconde mais do que esclarece o que pode ser essencial ao conceito e à realidade que pretende designar e, já desde há alguns anos, se quer construir.

Não foi sem razão que, em 1998, o antropólogo Miguel Vale de Almeida chamava a atenção para o facto de o actual relativismo cultural² que enforma a lusofonia (entre outras realidades culturais contemporâneas) tender a elidir, igualizando, os termos de uma relação historicamente conflitual e de poder entre povos diferentes, sublinhando ainda a este propósito que “(…) é justamente da re-aplicação de narrativas antigas e de interpretações da história que se faz o presente” (241).

Deste modo o conceito de Lusofonia assinala, no contexto da cultura portuguesa, um lugar de “não reflexão,” de “não

conhecimento” e sobretudo de “não-reconhecimento” quer de si próprio quer do outro. Obviamente que aqui se encontram implicadas questões de índole identitária relativas aos diversos sujeitos envolvidos na Lusofonia, problemas de grau e complexidade diversos, mas sobretudo, do lado português, uma estratégia de “esquecimento activo” se quiséssemos utilizar uma linguagem psicanalítica, que nos poderia permitir falar do “recalcamento” de alguns aspectos, e até espectros (Labanyi) da história colectiva (Benjamim; Derrida) que nos une a todos, falantes em língua portuguesa.

Um tal “buraco negro” é desde logo assinalado pela ausência de estudos em quantidade e qualidade que possam devolver-nos a imagem da nossa história comum, uma narrativa já não dominada pela ideologia imperial, mas que recupere os diversos lados da História e das histórias que há para contar, pois, tal como bem lembra Levinas, é a face do outro que, olhando-nos, constitui a nossa subjectividade.

Curiosamente, tem sido fora de Portugal, entre outros, em centros de investigação ingleses (Macedo; Ribeiro), americanos (Almeida; Sapega), holandeses (Medeiros), italianos (Vecchi), brasileiros (Trajano-Filho) até, que o melhor da nossa reflexão pós-colonial se tem feito nos últimos anos (excepção feita para Boaventura de Sousa Santos, cuja reflexão tanto tem origem em Portugal (e.g. Santos, 1996 e 2001) como nos Estados Unidos (Santos, 1998)). Esta situação parece servir perfeitamente aos diversos interesses em jogo: do ponto de vista internacional, Portugal e a cultura portuguesa continuam a ter relevância para os académicos enquanto nação (ex)-imperial (lançando a suspeita de que Salazar talvez até tivesse razão quando considerava que a possibilidade de existência de Portugal em termos internacionais estava intrinsecamente dependente do Império), ou ainda como mero pretexto para abordar espaços linguístico-culturais mais vastos e mais exóticos do que o português. Do ponto de vista nacional, não parece ainda ter chegado o tempo de um olhar sério, desapaixionado, profundo e sistemático em direcção ao nosso passado colonial. Estamos, presentemente num momento que, psicanalítica e simbolicamente, poderíamos designar de “recalcamento e negação.”

A Lusofonia Não É um Jardim

Por um lado, a História exige tempo e um distanciamento, que ainda não temos, do nosso passado recente. Depois, este passado, precisamente porque é recente, não suscita ainda a necessária curiosidade e o interesse de jovens investigadores portugueses. Em suma, a história moderna das nossas relações históricas, políticas, económicas e culturais com os países que hoje compõem a comunidade lusófona que queremos construir está ainda em grande parte por fazer e provavelmente terá de aguardar longo tempo para que surja em toda a sua plenitude e interesse próprios, como objecto dotado de autonomia científica e reflexiva. Na verdade, tal reflexão é inexistente, seja porque se encontram vivas e ainda abertas, embora significativamente silenciosas (Lour-enço, 2000), feridas recentes na história e na cultura portuguesas, seja porque um desenraizamento histórico sem precedentes afecta a nossa actual cultura globalizada, levando-nos a olharmo-nos, também no âmbito da lusofonia, como histórica e imaginariamente nascidos a partir de coisa nenhuma e miraculosamente partilhando uma língua comum, sem se perceber muito bem para que servirá tal verificação.

Estas, e outra razões que não virá aqui ao caso expor, justificam o facto, injustificável aos olhos de muitos estudiosos estrangeiros, de ainda não haver pensadores pós-coloniais em Portugal, apesar da descolonização portuguesa ter decorrido já em tempos de pós-modernidade o que, de acordo com Jo Labanyi, poderia fazer supor uma imersão quase imediata numa profunda e extensa reflexão pós-colonial.

O que nos propomos fazer no presente trabalho é uma espécie de arqueologia (no sentido foucaulteano) do conceito de lusofonia, centrados sobretudo no papel da comunicação mediática na construção de um imaginário comum. Tendo como passado próximo a Expo'98, um pouco mais longínquo nos anos 50 e 60, a celebração de um Ultramar como encontro de culturas, teoricamente fundamentado no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, pretendemos recuar ainda um pouco mais neste trabalho até ao momento em que o Estado Novo utilizou consciente e massivamente os meios de comunicação de massa da época (sobretudo os jornais,

mas também a rádio) para veicular uma determinada imagem de Portugal enquanto “Império Português” e, sobretudo do “Outro” desse Império. O que verificámos é que muitas dessas representações continuam a vigorar no imaginário cultural português, talvez não de todo o escol intelectual português, mas certamente numa parte dele e em maior escala na memória cultural portuguesa, verificando-se hoje até uma espécie de “regresso do recalçado” (Freud; Lourenço, 1978) ou um “encontro falhado com o real” (Lacan), que surge em primeiro lugar nos media, agora revestidos de outra retórica só aparentemente mais inócua, mas repetindo conceitos e raciocínios, imagens e fantasmas que tão fortemente a manipulação mediática de Salazar inculcou em nós e o 25 de Abril pouco conseguiu modificar no comemorativista senso comum português (Cruzeiro).

Sem a história do nosso nada “inocente colonialismo” (Lourenço, 1975 e 1976), a exigir no processo de reconstituição histórica uma “ética da recordação” (Duvignaud), pouco poderemos fazer para construir hoje, com verdade e conteúdo fecundo e valioso, uma Comunidade de Povos Lusófonos.

A Exposição do Mundo Português e a Comunicação Mediática

No âmbito do presente trabalho procedemos ao levantamento das notícias, reportagens e artigos de opinião que nos jornais de referência da época³ se referiam à questão colonial e aí muito particularmente procuramos imagens não oficiais do “Outro” colonial. Entre os anos 40 e os primórdios da década de 50 do passado século, procedemos à análise de quatro jornais diários: *O Comércio do Porto*, *Diário de Lisboa*, *República* e *Diário Popular*.

Nos primórdios da década de 40, logo a partir de Junho de 1940, Salazar e o Estado Novo promovem o mais concertado e bem elaborado acontecimento mediático do regime, expondo aquilo que desde a década de 30 (mais propriamente, desde o Acto Colonial) era a política efectiva do Estado Novo. Representando-se como centro de um “Impé-

A Lusofonia Não É um Jardim

rio Imaginário” (Ribeiro), o regime apresenta-se nos jornais, que reproduzem integralmente os seus discursos, como intérprete de um destino histórico inexorável dos portugueses, o de “raça civilizadora” ou “gênio colonizador.”

Partindo destes conceitos e levando a cabo um intenso processo de investimento simbólico da história, quer metafórica quer metonimicamente, os jornais portugueses fazem uma cobertura constante, quase diária, de todos os eventos que são promovidos no contexto do “Duplo Centenário” (da Restauração—1640—e da Independência—1140). As vozes jornalísticas são praticamente unânimes e mal se distinguem os relatos de jornal para jornal: o regime tem uma bem elaborada estratégia que hoje chamaríamos de “marketing” político, no âmbito da qual praticamente todos os dias tem algo a festejar ou a inaugurar: seja um pavilhão que abre, uma comitiva estrangeira que chega, uma opinião de um jornal estrangeiro, uma festa popular que é reconduzida ao sentido profundo da história da nação, a comemoração de uma batalha, um jantar de militares e colonos, um congresso sobre a História pátria, um *Te Deum* a Salazar... O efeito de saturação é plenamente conseguido, pois desde o dia 1 de Junho de 1940 até ao final desse ano sucedem-se as comemorações, as paradas militares, as procissões, as mostras, os festivais populares, o descerramento de lápides, as cerimónias religiosas, os desfiles da Mocidade Portuguesa, tudo isto um pouco por todo o país, que assim pôde integrar no “grandioso destino da Pátria” o seu pequeno santo, o seu desconhecido arraial, o mais incógnito dos seus mortos em África, a sua mais recôndita memória de um passado agora “devidamente interpretado” e reconduzido a uma história com sentido Imperial.

De tudo isto a imprensa diária que analisámos fez eco, tornando-se mesmo numa caixa de ressonância de algumas das ideias mais caras ao Estado Novo (mesmo o pouco alinhado *República*): “gênio colonial,” “raça civilizadora,” “fomento das colónias,” “colonização humanista,” “Pátria Una,” “200 milhões de portugueses.”

O sentido de encenação e dramatização que a exposição apresenta, é digno de um “reality show” televisivo contem-

porâneo. Aos jornalistas, primeiros espectadores da Exposição, não escapam elementos como o som, o movimento, as cores, a disposição de objectos e personagens, as interpretações a fazer e as simbologias a sublinhar. Tudo reconduz ao mesmo: ao génio civilizador e colonizador do Português, cantado em uníssono pelos altos dignatários da Igreja, por todos os corpos militares nas suas mais altas patentes, por todas as organizações para-militares e do regime, por todas as Academias Científicas e Literárias e Artísticas—poetas e cientistas, pintores, escultores, arquitectos, engenheiros, médicos e professores, universidades; Corpo Diplomático, uma embaixada especial do Brasil e outra da Espanha e uma pequena representação inglesa. Foram ainda chamados à Exposição, os mais antigos colonos africanos e um grupo vasto de indígenas, no qual se salientava pelo exótico e trágico da situação o Rei do Congo Português, acompanhado da mulher, dos ministros e da sua corte.

Em uníssono todos cantaram a Pátria e o Estado Novo, exortaram Salazar (mitificaram-no, em primeiro lugar (Matos)) e, acima de tudo comoveram os jornalistas que escreveram peças eivadas da mais profunda emoção, revelando-se e revelando-nos um imaginário imperial que teve um impacto duradouro em todo o país, pois pela primeira vez foi possível fornecer uma imagem, sólida e internamente coerente da História de Portugal, em níveis de complexidade diversos, que resgatou Portugal aos olhos dos Portugueses, perante o beneplácito das comitivas estrangeiras, colaborantes e legitimadoras desta imagem.

Como ilustração apenas dois exemplos:

No do dia 17 de Junho de 1940 o jornalista do *Diário Popular*, após uma visita ao pavilhão do Brasil, refere-se à “nação irmã” que ali expõe os seus pergaminhos históricos, as suas recordações veneráveis e as suas tábuas de nação, dizendo tratar-se de uma galeria em que Portugal e o Brasil se confundem, chegando mesmo a perguntar-se “como foi possível” que o Brasil se tivesse emancipado! No final do texto não resiste a descrever um quadro que considera conter uma teoria gloriosa: “Tiradentes de um lado; o Padre

A Lusofonia Não É um Jardim

António Vieira do outro—como que continuam, nas sombras da morte, o diálogo de uma pátria, que um com a espada, outro com a palavra, talharam para a eternidade.” Tal a hermenêutica proposta pelo jornalista!

Ou ainda outra:

O início é apoteótico e revelador: “Ao mesmo local onde em quinhentos, numa manhã de oiro e de glória, partiu a primeira armada da Índia, chegou hoje, num fantástico regresso de emoção, a *Nau Portugal*, que, para o quadro histórico, pintado ao fundo, na pedra viva dos Jerónimos, ser mais perfeito, salvou a Terra, pela boca das suas bombardas” (Diário de Lisboa, 1940). O homem que teve a ideia da construção da “nave” foi Leitão de Barros. Não admira por isso o carácter cinematográfico da empresa, que também não escapou aos espectadores, que “olhavam, com assombro, a caravela que regressou ao Tejo, depois de ter percorrido, simbolicamente, todas as grandes estradas planetárias.” Foi então que, nas palavras do jornalista, “a sombra do Infante, no Padrão dos descobrimentos, caiu sobre o convés como uma benção. Dir-se-ia um sinal da cruz. (...).O povo que, em chusma, bordava a doca e o plano aquático, rompeu em manifestações calorosas. Dir-se-ia que, pela segunda vez, Portugal voltava da Índia” (Diário de Lisboa, 1940). Simultaneamente, no Pavilhão do Brasil continuava-se a vender café, cuja receita reverteria para os pobrezinhos.

Um diplomata brasileiro que fez escala nesta altura em Portugal, vindo da Suíça e a caminho do Brasil dizia ao jornalista, que mal compreendeu a ambiguidade do comentário, que “quem entra em Portugal tem a impressão de fazer uma viagem a outro planeta...” (Diário de Lisboa, 1940). É que, na primeira página, ao lado das notícias da Exposição apareciam diariamente os relatos de uma das guerras mais terríficas que a Europa conheceu, a II Guerra Mundial.

Do Jardim Colonial⁴ às Colónias como Jardim ou o lugar do “Outro” nas Representações Mediáticas do Império

No contexto de uma claríssima função legitimadora da História, e mesmo manipulação da História no contexto do

discurso imperial, interessa-nos sobretudo analisar as concepções e representações do outro “colonizado,” que a imprensa veiculou aquando do grandioso evento mediático que foi a Exposição do Mundo Português.

Em primeiro lugar, para assinalar que o edifício da Emissora Nacional foi instalado na secção colonial da Exposição e apropriadamente denominado de “Estação Imperial.” A colocação é estratégica. Salazar sabe que dar a palavra ao “Outro” (dar uma voz que repete em eco o que desejamos ouvir) é essencial para a credibilidade e o reforço da nossa própria identidade colonial. Daí, do “Jardim Colonial,” foram feitas inúmeras transmissões radiofónicas que procuraram apresentar as “colónias como um jardim,” foram produzidas entrevistas de teor diverso e reportagens plenas de mistério, ridículo e medo.

Veja-se, por exemplo, o caso do Rei do Congo e do seu séquito que foram instalados numa casa “colonial”⁵ no recinto da exposição. Aí ficaram à disposição de todo o olhar indiscreto (e até impúdico) do público, sujeitos à manipulação mediática e à mais descarada instrumentalização política. A curiosidade da população, dos jornalistas e dos cientistas foi imensa. Entre o exótico de “ir ver os pretos” à Exposição (os jornais diziam textualmente “o grande objectivo que atingimos foi ter dado a homens de outras raças—reputadas inferiores—a sensação de serem homens exactamente como nós...” (República, 1940)) e a instalação diária de uma equipa de cientistas que iniciam observações aos indígenas com o intuito de promover “investigações antropológicas” (Diário de Lisboa, 1940),⁶ os jornalistas procuravam esclarecer a curiosidade dos portugueses da metrópole, confrontar os seus próprios mitos e estereótipos com a realidade, e sobretudo reconduzir a fala do outro à fala do mesmo, quer dizer, à voz imperial.

Na verdade, o jornalista que resolve entrevistar o Rei do Congo em Julho de 1940, na sua “casa colonial” instalada no Jardim Colonial, está condenado a compreender pouco ou nada do que vê e ouve. Toda a situação comunicacional está armadilhada e condenada ao fracasso. O Rei do Congo parece entender perfeitamente a sua situação de “entrevistado

A Lusofonia Não É um Jardim

mudo.” O próprio jornalista, após a conversa (o monólogo), descreve o soberano como “corpulento mas inteligente,” “certamente até forma opiniões” (Diário de Lisboa, 1940). “E—prosegue—parece tão lúcido no seu olhar vivo e inteligente que nós, intimamente, temos de recear por este rei de negros que, entre os prodígios dos brancos, talvez pudesse pensar na estranheza da sua majestade, no exotismo do seu poderio e os renegasse como coisas de somenos....” Ou seja, a surpresa do jornalista é que afinal o Rei parece tão inteligente que espanta que venha para aqui fazer de parvo....

A entrevista é verdadeiramente *sui generis*, pois o Rei nada tem a dizer,⁷ uma vez que é, na perspectiva do jornalista, soberano de um povo sem história, sem identidade e sem civilidade. Fechado num mutismo impenetrável, o Rei parece saber que naquelas circunstâncias não tem realmente “Voz” e pede aos seus “ministros” que vão respondendo, na sua presença, às questões do jornalista. Mas o jornalista insiste com o soberano, interrogado-o sobre os portugueses. Acaba por confirmar que o Rei “tem o laconismo dos homens fortes. Quando lhe perguntamos o que pensa da África que se estendia ali, em escassos metros quadrados, responde simplesmente:—É bom” (República, 1940).

Excluindo este Rei enigmático, o negro é em geral visto nas páginas dos jornais da época como esquisito, bizarro, bárbaro, exótico e extravagante.

Exemplo deste retrato estereotipado, que os jornais apresentam, encontra-se um outro acontecimento promovido pelas autoridades coloniais: o regime vai organizar ainda um casamento, no contexto da exposição colonial, o qual designa em título por “consórcio de negros.” A própria notícia que relata o referido casamento, tem também ela um “alto valor simbólico e civilizacional.” Com o título “Consórcio de Negros—Casaram-se hoje a Sra. Rita e o Sr. Lacerda,” o jornalista relata os preparativos do casamento na secção Colonial do Pavilhão: “Enquanto uns se entregavam à tarefa da afinação dos instrumentos musicais, numa zangui-zarra monótona em ritmos bárbaros e dolentes, outros cuidavam de se enfeitar com amuletos e bugigangas e trajos extravagantes dos mais esquisitos que se possa imaginar. Os

moleques andavam à rédea solta. A um deles raparam-lhe a cabeça, deixando-lhe riscos e borlas da carapinha. E a troco de uns tostões, pulava, todo em estremeções como se tivesse o diabo no corpo. Manhã alta puseram-se todos ao sol e ficaram lá à espera da festança.” Entretanto, o Sr. Lacerda e a Sra. Rita casam pela Igreja numa cerimónia que inclui o baptismo de mais dois negros, tudo devidamente reconduzido à acção evangelizadora do Império Português. Os padrinhos, militares, e suas esposas, oferecem um enxoval que ficará durante longo tempo em exposição na Secção Colonial do Pavilhão.

Os jornais transformam qualquer acontecimento, banal ou exótico num facto imbuído de simbolismo histórico, fabricando factos e história, ou mesmo usando a realidade para veicular estereótipos e preconceitos que assim se vêm reconfirmados, ampliados e socialmente partilhados. Tudo isto reconduzido a episódio de uma epopeia mais lata cuja saga começou com D. Afonso Henriques, prosseguiu com o Infante D. Henrique e culminaria com Salazar. A força mediática de toda esta mitologia dramaticamente encenada explicará a vigência de muitos estereótipos e mitos presentes na Cultura Portuguesa e que não puderam ainda ser devidamente enfrentados e aceites como parte de um passado histórico colectivo.

Por vezes, os jornais deixam escapar uma ou outra voz discordante, como é o caso de Borges de Macedo que, jovem estudante de História dizia nas páginas de *O Diabo* (14/12/1940) que, embora apreciando a natureza do evento, considerava que a imagem dos portugueses na Exposição, de tão enfatizada seria inverosímil, podendo ter até um efeito contraproducente (Acciaiuoli, 21). Ou de Augusto Cabral, numa Secção do *Diário de Lisboa* intitulada “Literatura colonial—Impressões de um Preto Colhidas por um Branco,” na qual apresentava numa primeira leitura uma visão ridícula de um negro na metrópole, para subrepticamente lançar críticas duríssimas à sociedade portuguesa, ou ainda de Diogo de Macedo que, numa entrevista ao *Diário Popular* em 1948 procura inverter a ideia que os portugueses têm de que a África é só para “os pretos, os militares, os

A Lusofonia Não É um Jardim

aventureiros, os padres e os degredados” (Diário Popular, 1948). O primeiro director e fundador do Museu de Arte Contemporânea em Portugal, confessa-se maravilhado com África (“O Novo Mundo está ali!” (Diário Popular, 1948)) após uma “missão artística” que lhe permitiu levar a arte portuguesa até Luanda e Lourenço Marques. O jornalista comenta: “Com que então vem enfeitiçado pelo africanismo...” ao que Diogo de Macedo responde dizendo que “não existe africanismo nenhum, mas que tudo é Portugal, o de cá e o de lá!”⁸

E conclui: “Aqui, no Chiado, neste “tu cá, tu lá” com a petulância europeia, ignora-se quanto se passa no nosso Império. Precisamos de perder o medo às realidades e aos mosquitos, e irmos todos, em disciplinado patriotismo, curar em África as feridas antigas da preguiça, que nos forcem a andar por aqui arrastando os pés e a má linguar pelos cafés.”

A imagem do outro também é recolhida pelo jornalista junto de Diogo de Macedo:

“E dos pretos, que me conta?—Vi-os em magotes e isolados; em festas e batuques; nas suas palhotas e na lufa dos portos e das cidades. Vi variadíssimos tipos de raças que não sei classificar, mas que entusiasmaram os meus olhos de artista. Assisti à sua actividade e vi-os nas missões e nas escolas, dando o preciso auxílio aos capatazes brancos, colaborando no progresso de tudo.” Para além do mais, considera as populações ultramarinas mais sensíveis ao espírito moderno e à arte contemporânea do que os portugueses da metrópole.

As Dimensões Instrumental e Prática do Discurso Económico Imperial⁹

Desde a década de 30, concretamente desde o Acto Colonial e depois a Conferência Colonial Imperial, como durante toda a década de 40 e 50 os jornais diários, que estudámos mostram-nos uma preocupação constante com um discurso pragmático, de índole eminentemente economicista, mas também determinado por razões de ordem militar (sobretudo nos anos 30) e, por fim, razões de ordem

essencialmente demográfica e económica (sobretudo nos anos 40 e 50). O lema geral era que “o destino de Portugal estaria nas províncias ultramarinas” (Diário Popular, 1949).

Já em 1933, no âmbito da Conferência Colonial Imperial, o então Ministro das Colónias, Armindo Monteiro, discursa na Assembleia Nacional, afirmando de forma muito clara: “Repare-se efectivamente que basta que nas sociedades negras se crie uma necessidade nova, ou seja em matéria de vestuário, de alimentação ou de saúde, para que as indústrias nacionais lhe sintam imediatamente os efeitos, adquirindo milhões de consumidores. A política da intensificação da assistência agrícola ao negro é a mais enérgica propulsora do trabalho metropolitano—e da produção colonial.

Onerem o futuro com caras obras de fomento; transplantem para os trópicos milhares de europeus; realizem experiências curiosas em matéria de instalação de brancos: e eu afirmo que, com todas essas despesas e trabalhos, não conseguirão resultados que se aproximem sequer dos que, com meios mais modestos, podem obter ensinando o preto a trabalhar e interessando-o na constante exploração da terra” (Diário de Lisboa, 1933, 17).

O “Outro” torna-se então neste contexto um produtor e um consumidor que deve ter força de trabalho e poder de compra para alimentar a máquina económica. O fundamento de uma potencial igualdade entre os indivíduos é a capacidade uniformizante e racionalizadora do liberalismo económico, dissolvendo diferenças e preconceitos. Esta é, precisamente, a concepção defendida em 1940 por Rodrigues Junior que, num artigo de opinião publicado no *Diário de Lisboa* e intitulado, “Sobre Indígenas e Missões—O Valor do Indígena,” afirma taxativamente: “O indígena é, como nós, um valor de trabalho. E entre os valores de trabalho, em economia, não há distinção: ou antes, só há aquela que resulta da função de cada um. Mas esta distinção não implica o aumento ou diminuição de valores. É, apenas, de posição, mas nem por isso há lugar para diferenciações. Um edifício não se faz só com tijolos...”

Anos mais tarde, Marcelo Caetano, respondendo a um jornalista estrangeiro que lhe perguntava qual era o regime

A Lusofonia Não É um Jardim

de trabalho dos indígenas nas colónias portuguesas, acrescentava uma pequena grande *nuance* na caracterização deste trabalhador forçado: “É o que está regulado nos tratados internacionais e nas leis do País. O que não quer dizer que não se exerça sobre os nossos nativos, como quase sobre todos os indígenas de África, certa acção educativa, da parte das autoridades, para os levar a trabalhar e a adquirir hábitos de civilização. A indolência do negro não o deixaria sem isso progredir em ritmo apreciável” (O Comércio do Porto, 1946).

Do mesmo modo, também a colonização não deve ser deixada ao acaso no que respeita aos colonos. Em 1940, Augusto Cabral defendia nas páginas do *Diário de Lisboa* que “temos (...) que nos habituar a considerar a colonização livre, salvo raras excepções, como uma utopia. Considero como base fundamental do projecto de colonização, a obrigatoriedade do colono se fazer acompanhar da família. Sem esta obrigação, não há colonização possível. Do colono isolado nada há a esperar. Ao menor contratempo abandona tudo em busca de outras ocupações, ou cairá, mais tarde ou mais cedo na mestiçagem, o que também é mau.” E conclui, prático, “mais vale uma onça de prática que uma tonelada de teoria.”

O que, em termos mais sintéticos, acaba por reafirmar a política económica imperial de Salazar: os regimes económicos das colónias têm de ser estabelecidos “em harmonia com as necessidades do seu desenvolvimento, com a justa reciprocidade entre elas e os países vizinhos e com os direitos e as legítimas conveniências da Metrópole e do Império Colonial Português” (Diário de Lisboa, 1933).

Procedemos ainda ao estudo detalhado, entre as décadas de 30 e 60, de um género de texto muito curioso que surgia nalguns jornais apenas uma vez no final de cada ano civil, e que procurava fazer o balanço do “ano colonial” ou “ano ultramarino” (a par do “ano militar,” “ano económico,” “ano industrial,” etc.). Género muito cultivado pelo *Comércio do Porto*, mas também pelo *Diário Popular*, estes textos eram solicitados a especialistas em cada área e, no caso “colonial” (mais tarde, “ultramarino”) a grande preocupação do

articulista era essencialmente com as “obras de fomento” nas colónias e com a integração do sistema económico português e ultramarino. Nesta mesma linha seguia um Suplemento Especial, de periodicidade quinzenal, integrado no *Diário Popular* em 1949, e que se intitulava “Página do Ultramar.” Procurando “estimular a comunicação entre Portugal da Metrópole e do Ultramar,” teve uma duração breve e não ultrapassou a década de 50. O primeiro suplemento trazia no texto editorial um conjunto de apelos em que as razões económicas se misturavam com as culturais, pedindo a participação da juventude. A retórica é de tal forma actual que mais parece um texto publicado num jornal dos nossos dias, caso queiramos substituir o termo “colonial” e “portugueses” por “lusófono” e “lusofonia”: apelando à participação de todos quantos possuam “uma esclarecida sensibilidade colonial”; solicita-se aos leitores que apontem “os meios mais eficazes para se conseguir uma comunicação cultural permanente entre todos os portugueses de aquém e de além-mar” e aceita-se “tudo o que possa favorecer o intercâmbio equilibrado de mercadorias e serviços que sirva para tornar mais sólidos os fios que entretecem a ‘Comunidade Portuguesa.’” Por fim, lança-se um apelo à mocidade universitária para que se interessem pelas coisas coloniais (*Diário Popular*, 1949).

Sem “sombra de mácula,” vivendo de uma retórica da “boa consciência” e do espírito civilizador, cristão e humanista, utilizando uma boa dose de pragmatismo e sentido prático (a raiar o básico e o elementar), abominando as “teorias” e as “confusões da política” os *mass media* da época davam eco acrítico à voz do poder instituído, ontem como hoje.

Daí que não admire que em 1952, num texto de balanço do ano colonial de 1951, se possa ler nas páginas de *O Comércio do Porto*: “Portugal—fulcro espiritual de uma colonização e civilização vastas e magníficas, ainda ricas de conteúdo humano—ganha, sem dúvida, com tão largas e rasgadas iniciativas, aquele prestígio e aquela simpatia que não podem ser recusadas a uma Pátria que não se poupou a esforços e canseiras para elevar o seu Império a tão alto nível de civilização e progresso.”

A Lusofonia Não É um Jardim

A nossa colonização é então descrita como “inteligente e devotada”: levamos até aos indígenas os altos benefícios da civilização cristã e agora é necessário promover a sua preparação integral ao nível técnico e cultural, “para melhor aproveitamento das suas possibilidades e seu conseqüente rendimento, em prol do progresso e do desenvolvimento do Ultramar português. A par de uma cuidada preparação profissional, há que ministrar-lhes todos os mais ensinamentos que os tornem, como nós, portugueses esclarecidos afeiçoados e orgulhosos da Pátria comum. Ao mesmo tempo estude-se com sã critério e sentimento humano, a solução dos seus problemas materiais, dando-se-lhes aquilo que for justo e que compense o seu trabalho, isto é, que lhes dê aquela porção de felicidade e de alegria a que têm incontestável direito. Valorizar a mão-de-obra indígena, satisfazer as necessidades do trabalhador do campo, da oficina e da fábrica, é, sem dúvida, ganhar para Portugal a simpatia, o respeito e até a fé convicta das populações do nosso Ultramar.”

Para caracterizar o paternalismo português na sua nada inocente relação com a lusofonia, não seria necessário acrescentar nada mais.

Actuais desafios para a Lusofonia: Comunicação e Construção de um Imaginário Lusófono

O Estado Novo cedo se apercebeu da utilidade dos meios de comunicação de massa, na época sobretudo os jornais, mas também a rádio, a literatura (Ribeiro) e o cinema (Torgal), para constituir um imaginário colonial e imperial, sob o pretexto da língua e da história e usando em paralelo, de forma subtil e parcimoniosa, o argumento económico. Como ponto alto de um tal esforço comunicacional encontramos as Comemorações do Duplo Centenário e a Exposição do Mundo Português, às quais já nos referimos. Mas ao longo de toda a década de 40 e já 50, a atenção a estes aspectos comunicacionais cresceu. A tentativa de usar os meios de comunicação de massa para erigir o Império (tal como hoje acontece por vezes em Portugal com a lusofonia)

é antiga. Já o Estado Novo tinha a noção de que uma possível comunhão de interesses e opiniões teria de ser construída e não está dada ou sequer pode ser decretada. Sabia-se ainda que a comunicação, sobretudo a de massas, constitui um ponto nevrálgico importante nesta construção, quer quando se decidiu criar uma agência noticiosa portuguesa (a primeira no país) que leva notícias a todo o Império, a “Lusitânia,”¹⁰ directamente dependente da Sociedade de Propaganda de Portugal, entidade privada mas “acalentada” pelo governo, nas palavras de Marcelo Caetano (Diário Popular, 1944), quer quando se convidam “jornalistas ultramarinos” para uma viagem à Metrópole, cuja finalidade, segundo o analista de *O Comércio do Porto* “é inútil esclarecer.” Ainda assim, Manuel Ribas vai explicando com mais detalhe o sentido político desta visita: “pela primeira vez se abrem novos e rasgados horizontes a um intercâmbio jornalístico de apreciáveis vantagens. A Imprensa pode servir, sem dúvida, pela força da sua projecção e da sua opinião a causa da unidade imperial portuguesa. O conhecimento dos problemas, quer da Metrópole quer do Ultramar travado nestas visitas recíprocas tem importância decisiva (...) para o esclarecimento da consciência e da inteligência dos jornalistas (...) de aquém e de além mar.”

Na verdade, o que está em questão não é a importância, obviamente decisiva, que os meios de comunicação, sobretudo os massificados, e neles o jornalismo escrito, aspecto particular sobre o qual este estudo se debruça, podem ter na construção da Lusofonia e, em primeiro lugar e para nós mais decisivo, na construção de um imaginário lusófono (Baptista, 2000 and 2000b; Lourenço, 1995 and 1999).

A questão está em saber de onde partimos, que história nos precede, a nós portugueses, e, sobretudo os caminhos que não devemos e não queremos mais percorrer. Entre eles, e após a análise que acabámos de fazer, destacamos os seguintes mitos e estereótipos, por vezes claramente expressos, outras vezes dissimulados, que nos parecem particularmente activos no contexto cultural português, mas atávicos, na construção que todos nós desejamos de uma “Comunidade Lusófona”:

A Lusofonia Não É um Jardim

—A consideração de que somos o centro da lusofonia (outrora do Império) e que ela é uma inevitabilidade, uma necessidade e até um destino glorioso para os portugueses, repete em grande parte a retórica paternalista de Salazar, do “ou nós ou a confusão.”

—A língua Portuguesa irmana-nos a todos numa língua e cultura idênticas (O.T. Almeida, 2003), constituindo uma comunidade que é a mesma e igual em todas as partes do Mundo (tal como outrora a Pátria portuguesa, metropolitana e ultramarina).¹¹

—A lusofonia é um apetecível mercado de milhões de consumidores; para uma Europa em crise, a África e a América do Sul constituem um reservatório económico (ao qual outrora se juntava a missão de evangelizadora do cristianismo, chegando mesmo a falar-se da emergência de um novo continente, a Euro-África). Para além disso o Brasil, e os outros países lusófonos, têm-nos como necessária porta de entrada noutros mercados e culturas ocidentais.

No âmbito da Lusofonia cabe a Portugal, de novo o ensinar e civilizar as suas ex-colónias, das quais, por seu turno necessita para manter a sua identidade europeia e até a independência face à Europa, de modo a continuar a ter aspirações a contar alguma coisa no panorama internacional. Acresce a esta situação o facto de a lusofonia servir para Portugal defender o seu património secular, histórico, linguístico e cultural no Mundo. Na verdade, os portugueses não são imperialistas como os outros, mas fizeram uma colonização “excepcional,” “humanizada” que levou ao desenvolvimento das colónias através do seu génio e missão colonizadores, os quais são próprios da raça.¹²

—Por fim, a ideia de que a lusofonia é um jardim (como já era uma certa África em tempos de Exposição do Mundo Português), desenvolvendo uma retórica discursiva e mediática que não assume o inevitável e necessário confronto de olhares e de interesses. Desta forma, pretende-se conferir à lusofonia (tal como outrora ao Império) uma lógica predominantemente afectiva e moral: cada parte não

pode dar largas ao seu “egoísmo” e deve concorrer para o todo, para o bem comum.

Em suma, sabemos que a língua, e para mais a nossa que quis ser, e foi, imperial, bem como o modelo económico liberal em que vivemos, não são inócuos e têm um poderosíssimo desejo assimilador das diferenças internas dentro da lusofonia, como outrora no interior do Império. Sabemos, ainda, que partilhamos uma história nem sempre gloriosa. Resta-nos, assim, começar do princípio, paciente-mente, e de forma continuada e persistente instalando-nos em primeiro lugar a nós, portugueses, no campo de um auto-questionamento histórico radical, nos antípodas de uma estereotipia comunicacional infelizmente já demasiado instalada nos domínios da lusofonia. Resta-nos assim, perguntarmo-nos:

Para quando e como uma outra História que dê voz aos “vencidos” e seja um verdadeiro “cruzamento de olhares”? Como dar lugar ao outro, realmente diferente em quase tudo, excepto nalguns aspectos linguísticos e numa ambígua história comum, tantas vezes trágica? Não terão sempre os *media* a tentação estereotipante e homogeneizadora (também típica de todos os impérios) que apenas escuta a voz imperial do centro? Qual, realmente o centro? Será possível uma comunidade lusófona “descentrada,” em que cada ponto é simultaneamente centro e periferia criadora de sentido inovador, como bem sublinha Lotman? Não estamos nós exactamente numa lusofonia que não é mais do que o manto de um discurso económico liberal mais ou menos selvagem? Não estamos hoje nós mais do que nunca imersos num imaginário infantilizado, “macdonaldizado” (Ritzer), onde as componentes simbólica e imagética da arte e da cultura são frequentemente manipuladas e com elas todo o nosso imaginário cultural de lusófonos?

Na verdade, Salazar construiu um imaginário imperial usando todos os meios que tinha aos seu dispor, entre eles, dos mais poderosos, os *media* da época, tendo compreendido intuitivamente que era por aí que poderia construir uma efectiva realidade imperial no imaginário dos portugueses.

A Lusofonia Não É um Jardim

Saberemos nós hoje utilizar esses mesmos meios evitando a tão presente tentação do discurso imperial (económico ou político, ideológico ou cultural)?

Seremos nós, e em primeiro lugar, nós portugueses, capazes de mexer no fogo sem nos queimarmos?

Notas:

1. Repare-se, no entanto, que a retórica mediática é sempre de uma melancolia extrema (“ah...o que poderia ser a lusofonia...”) ou de uma epopeia exagerada (“nós, os lusófonos, 5º língua mais falada do mundo, somos o futuro de uma comunidade de importância mundial...”).

2. “(...) A ideia do encontro e do contacto de culturas é, por assim dizer, o resultado final do triunfo das perspectivas do relativismo cultural, que foram curiosamente propostas pela própria antropologia, há muito, muito tempo, e que, hoje em dia se disseminaram completamente, numa espécie de senso-comum. Ele acaba por ilidir as questões de poder, acaba por elidir as especificidades dos processos históricos, e acaba por colocar tudo nas prateleirinhas certas onde se arrumam os equivalentes incomensuráveis, as culturas coisificadas” (235).

3. São escassos ainda os trabalhos que em Portugal foram realizados nesta área, destacando-se o de Helena Matos, *Salazar—1928-1933: a Construção do Mito*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2004, e *Salazar—1934-1938: a Propaganda*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2004, a par de outros de menor fôlego Margarida Acciaiuoli, “A Exposição de 1940—Ideias, Críticas e Vivências,” *Colóquio—Artes*, nº 87, 1990, Dezembro: 18-25.

4. A Secção colonial da exposição inaugurada no antigo Jardim Colonial, abrangia uma área de 70 mil metros quadrados. O capitão Henrique Galvão idealizou este espaço e pensava transformá-lo depois da exposição em Museu Colonial do país.

De acordo com a descrição do jornalista o Pavilhão tinha a seguinte organização: “Entra-se na secção e depara-se, em frente, com a Avenida das Palmeiras. À esquerda há dois pavilhões: de Informações e da Guiné. Junto a este fica um lago com várias palhotas que será a ‘Ilha de Bijagoz,’ com indígenas daquela colónia. Depois, vêm-se a aldeia dos Enipunges e a moradia do Rei do Congo Belga. Próximo, um magnífico restaurante com cozinheiros brancos, negros e chineses, onde se confeccionarão os mais diversos manjares das nossas possessões ultramarinas, sob as vistas competentes de Bráulio da Costa, um rapaz que sabe do seu *métier*.

Aparecem depois a rua da Índia, com a Igreja de S. Francisco Xavier e o arco dos condenados e, junto, o maior pavilhão do curioso certame, o de Angola e Moçambique, coberto de colmo, com magníficas cartas luminiscentes daquelas duas províncias. Há vários diaporamas que nos dão uma ideia-síntese da vida daquelas duas colónias. Surgem-nos depois um Parque Infantil denominado ‘A aldeia dos Moleques,’ o edifício da Emissora Nacional denominado ‘Estação Imperial’; a torre Quinlá, o

Maria Manuel Baptista

miradoiro monumental, formado por um elefante de enormes dimensões, vários pavilhões, um modelo de casa portuguesa a adoptar nas colónias e a esfera luminosa, mostrando os vários meridianos do Império.

Na parte superior do Jardim Colonial fica o pavilhão de Caça-Turismo, com um magnífico documentário sobre a paisagem e a fauna tropical, dando ao visitante a impressão de que se encontra em plena selva. Desce-se um pouco e entra-se na Rua de Macau, cheia de exotismo e graça, passando-se daí à Avenida das Raças, ao Pavilhão das Colónias Insulares, Casa das Missões, aldeia dos indígenas de Moçambique, etc, etc” “Exposição do Mundo Português. É Hoje Inaugurada a Secção Colonial—apreciável documentário da acção colonizadora dos portugueses e da maneira como vivem os nosos povos ultramarinos,” *República*, 1940, 4.

5. Assinale-se o curioso da aplicação de casa “colonial” a uma habitação que pretendia ser a réplica da casa de um chefe africano. Está ainda por fazer a análise e história das rotações semânticas deste conceito de “colonial” no que ele comporta de elemento de fronteira e de uma certa ambiguidade ao aplicar-se (pelo menos textos que analisámos) quer ao colonizado quer ao colonizador.

6. Um dos grupos é chefiado pelo professor Dr. António de Almeida, lente da Escola Superior Colonial, e outro pelo Professor Dr. Artur Ricardo Jorge, director do Museu Barbosa du Bocage, da Faculdade de Ciências de Lisboa “Exposição do Mundo Português—A ‘Festa dos Lusíadas,’” *Diário de Lisboa*, 1940, 7.

7. “O rei do Congo, cuja ascensão ao trono data de 1923, tem pouco que contar. Sua majestade não vive enredado em tramas políticas nem em embaraçados negócios de Estado. E depreende-se pelas suas palavras, que é a figura máxima de uma hierarquia negra que, fora da selva, fora das palhotas e dos batuques, assinala o contacto com a civilização.” “Portugal de Além-Mar—O Rei do Congo e o seu Séquito Instalados no Recinto da Exposição do Mundo Português,” *República*, 1940, 4.

8. Considerando que o desconhecimento das colónias é muito grande, Diogo de Macedo interroga-se: “porque estranha teimosia nos comprazemos em continuar na imperfeita informação educativa da mocidade, julgando que a África angolana e moçambicana de trabalho e de progresso, de formidáveis possibilidades e de espantosas surpresas em todos os sectores de cultura e de proveitos materiais, é uma lendária terra de aventureiros e de leões, de febres e de climas mortíferos, recolhimento de degredados e de gente que explora disfarçadas escravaturas para fazer fortuna à maneira das fitas americanas?! (...) Posso jurar-lhe que nenhuma fera me perseguiu e que nem sequer me constipei durante os meses que por lá andei, correndo cidades e vilas, embrenhando-me em longas travessias pelo mato, com muitos milhares de estradas e cortes de rios em jangadas.” E, inteligente, Diogo de Macedo vai dizendo que o que África necessita é de gente bem preparada (médicos, professores, engenheiros, etc....) e não de “colonos incultos e desgraçados,” ignorantes, preguiçosos e velhacos. Quanto à paisagem, considera-a deslumbrante e exótica (“uma alucinação de policromia”). “A África Portuguesa Deslumbra pelo Imprevisto e Atraia Quem Ama a Vida, a Beleza e o Trabalho—diz ao

A Lusofonia Não É um Jardim

‘Diário Popular’ o Artista Diogo de Macedo que Regressou de uma Missão Oficial àquele Continente,” *Diário Popular*, 1948, 1/12.

9. Conhecemos bem o argumento, polémico e parcelar, (veja-se, entre muitos outros exemplos, os monopólios comerciais do algodão e do açúcar a que a metrópole obrigava as colónias) de quem defende a não existência de um imperialismo económico português, império de pobres em terras africanas (e.g. Richard Hammond). Porém, como mostraremos, há um discurso económico do Império, pelo menos entre os anos 30 e 50 do século XX que, se não tem resultados concretos, visíveis, serve pelo menos para justificar aos olhos dos portugueses da metrópole os parcos investimentos nas colónias e prosseguir na legitimação e manutenção do Império.

10. Em 1944 são dados os primeiros passos para a criação de uma agência noticiosa em Portugal. Em 31 de Dezembro desse ano dá-se início ao serviço noticioso denominado Lusitânia, prestado pela Agência Noticiosa Lusitânia, que serviu de veículo de propaganda do Estado Novo e das teses colonialistas da época. Três anos depois é criada uma outra agência, a ANI—Agência Noticiosa de Informação, igualmente conotada com a propaganda do regime ditatorial, deposto em 25 de Abril de 1974. A partir desta altura passam a coexistir duas agências noticiosas: Lusitânia e ANI, situação que se manteria até depois do 25 de Abril. Se antes as duas agências estavam conotadas com o regime do Estado Novo, no período pós-25 de Abril passaram a constituir-se como divulgadoras do programa do Movimento das Forças Armadas (MFA). Por despacho ministerial, de 19 de Novembro de 1974, é determinado o encerramento da Lusitânia (publicação no “Diário do Governo,” II Série, n.º 275, de 26 de Novembro do mesmo ano).

No acto de inauguração da nova agência, Marcelo Caetano pede “ao novo serviço noticioso que faça ciente à Imprensa e à Rádio das nossas colónias do interesse com que o Governo acompanha os seus trabalhos e os seus progressos.” Refere ainda que “os portugueses espalhados pelos quatro cantos do nosso vasto Império Colonial estão, desde hoje, em ligação mais efectiva e constante com a mãe-pátria,” sublinhando o jornalista que “um novo elo se forjou na cadeia indissolúvel que liga os portugueses de África e da Índia, do longínquo Oriente, às vilas ou aldeias modestas do Minho verde, do mouro Algarve ou da Beira melancólica. Uma voz amiga lhes dará, todos os dias, novas da Pátria: a agência telegráfica ‘Lusitânia.’”

O director secretário da Sociedade de Propaganda de Portugal era Luís Lupi. No discurso de inauguração refere a necessidade em fomentar a unidade do Império Colonial, enviando serviço para jornais que servem 9 milhões de portugueses fora de Portugal. O primeiro noticiário incluiu uma mensagem do General Carmona.

11. “Mas ser português não consistirá, precisamente, em estar em toda a parte em terra própria? É essa a característica suprema do génio da raça. Foi por termos uma excepcional capacidade de adaptação, tanto biológica como psicológica, às terras e aos climas diferentes; foi por sermos capazes e ser brasileiros no Brasil que fizemos esse país uno, de oito milhões de

Maria Manuel Baptista

quilómetros quadrados, onde a língua é ainda e, já agora, será sempre a de Camões, muito embora acrescida de novos elementos e com as inevitáveis e necessárias modificações; onde, apesar de todas as influências contrárias, viverá sempre, não digo já o espírito português, mas uma coisa mais vasta, que se chama o génio lusíada.” “Peço a Palavra—Portugueses do Mundo,” *Diário Popular*, 1949, 7 de Outubro: 1/3.

12. “O nosso Império vive horas grandes. Neste seu caminhar, neste ritmo crescente e avassalador, ele pode não só ombrear, como ainda, servir de exemplo a outras possessões estrangeiras menos desenvolvidas quer no aspecto material como no espiritual.” “O Ano Colonial,” *Comércio do Porto*, 1952, 1 de Janeiro, 2.

Bibliografia Activa:

Africanus. “Semana das Colónias—Campanha de Angoche.” *República*. 17 de Junho 1940: 3/7.

Azevedo, M. “A Propósito Meus Senhores...A Morbidez dos Fados e as Homenagens a Estrangeiros.” *República*, 13 de Junho 1940: 5.

Cabral, A. “Literatura Colonial—Impressões dum Preto Colhidas por um Branco.” *Diário de Lisboa*. 8 de Julho 1940: 5.

---. “Literatura Colonial—Impressões dum Preto Colhidas por um Branco.” *Diário de Lisboa*. 25 de Julho 1940: 4.

---. “Temas Demográficos—Colonização.” *Diário de Lisboa*. 6 de Julho 1940: 3.

Cap. B.R. “Da Nossa História Colonial: Episódios da Campanha de Moçambique na Cruenta Luta com os Namarrais em Outubro de 1911.” *República*. 17 de Fevereiro 1940: 4.

Carvalho, R. d. “Glórias Portuguesas.” *República*. 25 de Julho 1940: 1.

Comissão Executiva Dos Centenários. “Comissão Executiva dos Centenários Secção de Turismo.” *República*. 27 de Abril 1940: 10.

Cruz, D. d. “O Ano Colonial.” *O Comércio do Porto*. 1 de Janeiro 1950: 1 e 2.

Diário de Lisboa. “Colónias—A Conferência Colonial Imperial.” Ed. Mensal. Junho 1933: 14-21.

---. “286.000 quilómetros através da Selva—Os Estranhos Segredos dos Negros e as suas Terríveis Cerimonias

A Lusofonia Não É um Jardim

Surpreendidos por um Advogado Português.” 23 de Agosto 1940: 4.

---. “Amizade Luso-Brasileira—A Côrte dos Poetas Portugueses Reune-se à Volta de Olegário Mariano.” 17 de Julho 1940: 5.

---. “As Comemorações Centenárias—A Exposição da Estremadura inaugurou-se hoje nas Caldas da Rainha.” 11 de Agosto 1940: 4.

---. “As Comemorações Centenárias—Encerram-se amanhã o Congresso dos Descobrimentos e da Colonização.” 11 de Julho 1940: 5.

---. “As Comemorações Centenárias—O Pavilhão dos Portugueses no Mundo Constitui uma Admirável Realização de Continelli Telmo, em que Cada Sala é uma Apoteose ao Génio da Raça.” 8 de Julho 1940: 4-5.

---. “As Comemorações Centenárias—Recomeçaram Hoje os Trabalhos do III e IV Congresso do Mundo Português.” 10 de Julho 1940: 5.

---. “As Festas do 1º de Dezembro—3º Centenário da Restauração da Independência, Foi Solenemente Comemorado em Lisboa pela ‘Legião’ e ‘Mocidade Portuguesa.’” 2 de Dezembro 1940: 4-5.

---. “Encerram-se Hoje as Comemorações Centenárias—A Exposição do Mundo Português Tem Hoje o seu Último Dia; O ‘Te-Deum’ em S. Domingos; A Reabertura do S. Carlos.” 5 de Dezembro 1940: 4-5.

---. “Exposição do Mundo Português.” 15 de Setembro 1940: 4.

---. “Exposição do Mundo Português—A Sala ‘Portugal 1940’ Inaugura-se esta Tarde com Solenidade.” 1 de Agosto 1940: 5.

---. “Exposição do Mundo Português—A ‘Festa dos Lusíadas.’” 14 de Julho 1940: 7.

---. “Exposição do Mundo Português—A Secção do Brasil Colonial Inaugura-se Esta tarde No Pavilhão dos Portugueses no Mundo.” 27 de Julho 1940: 5.

---. “Exposição do Mundo Português—Inaugurou-se esta Tarde nos Jerónimos a Maravilhosa Colecção de

Maria Manuel Baptista

‘Recordações Portuguesas’ que a Espanha, Amavelmente, Trouxe a Portugal.” 9 de Outubro 1940: 4.

---. “Exposição do Mundo Português—O Pavilhão de ‘Portos e Caminhos de Ferro’ que Amanhã se Inaugura Constitui um Valioso Documentário.” 22 de Julho 1940: 5.

---. “Exposição do Mundo Português—Publicidade.” 27 de Setembro 1940: 3.

---. “Missão Brasileira Entregou à Escola do Exército o Busto do Duque de Caxias.” 13 de Julho 1940: 5.

---. “Na Exposição de Belém—As Vilas Portuguesas, ou o Bairro Comercial e Industrial que se Inaugura Depois de Amanhã.” 17 de Julho 1940: 4-5.

---. “Nas Ruínas do Carmo Celebrou-se o ‘Dia do Condestável’ Com uma Cerimónia Religiosa a que Assistiu a Infanta D. Filipa Maria.” 6 de Novembro 1940: 5.

---. “O Duplo Centenário—As Comemorações da Batalha do Salado, em Évora.” 24 de Outubro 1940: 3.

---. “O Monumento a Pedro Álvares Cabral Foi Hoje Entregue ao Governo Português.” 30 de Novembro 1940: 5.

---. “‘Portugal está na moda’—Um Artigo do Jornal Português que se Publica nos Estados Unidos.” 26 de Agosto 1940: 5.

---. “‘Quem Entra em Portugal Tem a Impressão de Fazer uma Viagem a Outro Planeta’—Palavras de um Brasileiro Ilustre.” 19 de Setembro 1940: 5.

---. “A Reconstituição dum Galeão das Descobertas—A ‘Nau Portugal’ Deu Hoje Entrada na Doca da Exposição de Belém.” 2 de Setembro 1940: 6.

---. “Um Abraço de Despedida—A Última Geração dos Heróis de África Reuniu-se hoje com os Velhos Colonos.” 11 de Julho 1940: 4.

---. “Um Retrato de Salazar.” 12 de Agosto 1940: 4.

---. “Uma Estatística Curiosa—Cem Artistas Plásticos, numa Notável Parada de Valores, Trabalharam na Exposição do Mundo Português.” 23 de Julho 1940: 4.

---. “Uma Iniciativa Arrojada—A ‘Nau Portugal’ chegou a Lisboa como se chegasse da Índia.” 20 de Agosto 1940: 4.

Diário Popular. “A Posição de Portugal.” 13 de Outubro 1943: 1.

A Lusofonia Não É um Jardim

---. “‘Lusitânia’—Serviço Jornalístico para o Império Português Foi Hoje Inaugurado Solenemente pelo Ministro das Colónias.” 30 de Dezembro 1944: 1/12.

---. “A África Portuguesa Deslumbra pelo Imprevisto e Atraia Quem Ama a Vida, a Beleza e o Trabalho—Diz ao ‘Diário Popular’ o Artista Diogo de Macedo que Regressou de uma Missão Oficial àquele Continente.” 27 de Novembro 1948: 1/12.

---. “Angola e Moçambique Vão Ter Corridas de Toiros Formais.” 2 de Dezembro 1949: 6.

---. “Imagem de Nossa Senhora de Fátima foi Recebida em Nova Gôa por Cerca de 80 mil Pessoas e Rezaram-se Simultaneamente 153 Missas Campais.” 2 de Dezembro 1949: 1/6.

---. “A Metrópole e o Ultramar Portugueses exigem mais Apertada Comunhão de Interesses.” 4 de Março 1949: 7.

---. “O 1º de Dezembro—Três Mil Filiados da ‘Mocidade Portuguesa’ Participaram nas Comemorações Realizadas em Lisboa.” 2 de Dezembro 1949: 1.

---. “Portugal e o Brasil Serão Sempre Duas Nações Aliadas.” 3 de Novembro 1949: 1/3.

---. “Ultramar.” 8 de Dezembro 1949: 5.

---. “Ultramar.” 22 de Dezembro 1949: 5/13.

---. “Ultramar.” 5 de Janeiro 1959: 5.

Diégues Junior, M. “O Português na Formação Cultural do Brasil.” *Comércio do Porto (Cultura e Arte)*. 10 de Março 1959: 5.

Ferreira, M. “Apontamento Africano.” *Comércio do Porto (Suplemento Cultura e Arte)*. 26 de Julho 1960: 6.

Galhano, F. “O Português na Formação Cultural do Brasil.” *Comércio do Porto (Cultura e Arte)*. 24 de Março 1959: 6.

Galvão, H. “As Colónias Portuguesas Durante os Últimos Cinquenta Anos.” *Diário Popular*. 27 de Dezembro 1949: 7-8.

Guimarães, L. d. O. “À Volta dos Centenários—A Língua Portuguesa.” *República*. 11 de Junho 1940: 3.

---. “À Volta dos Centenários—As Bandeiras.” *República*. 17 de Junho 1940: 3.

Maria Manuel Baptista

Junior, R. “Sobre Indígenas e Missões—O Valor do Indígena.” *Diário de Lisboa*. 30 de Agosto 1940: 3.

Lopes, Ó. “As Limitações do Génio Português.” *Comércio do Porto—Suplemento Cultura e Arte*. 13 de Novembro 1951: 5.

O Comércio do Porto. “As Condições de Vida dos Nativos e Outros Problemas das Colónias.” *O Comércio do Porto*. 30 de Julho 1946: 5

---. “Portugal de Além-Mar—A Cidade de Lourenço Marques Vai Ser Dotada com Muitos Melhoramentos.” 1 de Janeiro 1947: 2.

---. “Por Terras de Além Mar—Regresso à Pátria.” 5 de Outubro 1948: 1.

---. “O Ultramar Português—Fomento e Assistência.” 16 de Março 1953: 2.

---. “O Ano Ultramarino.” 3 de Janeiro 1956: 5.

---. “Literatura Oral dos Macondes.” 10 de Março 1959: 5.

---. “Das Nossas Colónias—Os Obreiros da Ocupação.” 1 de Outubro 1960: 1.

Oliveira, J. O. d. “Peço a Palavra—Portugueses do Mundo.” *Diário Popular*. 7 de Outubro 1949: 1/3.

Pampulha, F. “Que Livros É que Se Lêem com Mais Interesse?—As Revelações que Podem Extrair-se da Feira do Livro.” *República*, 1 de Junho 1940: 15.

Quintinha, J. “Comércio Externo de Moçambique.” *República*. 23 de Janeiro 1940: 3.

República. “As Comemorações Centenárias—A Cerimónia desta Manhã Celebrada nos Jerónimos Foi o Acto Culminante das Solenidades Consagradas à Era Grande dos Descobrimentos.” 27 de Junho 1940: 4.

---. “As Comemorações Centenárias—A Embaixada Especial do Brasil Foi Hoje Homenageada com um Almoço Oferecido pelo Sr. Ministro do Interior.” 12 de Julho 1940: 5.

---. “As Comemorações Centenárias—O Sessão de Glorificação da Língua Portuguesa.” 10 de Junho 1940: 5.

---. “As Comemorações Centenárias no Castelo de S. Jorge—Representa-se esta Noite a Alegoria Dramática ‘Afonso Henriques.’” 17 de Junho 1940: 4.

A Lusofonia Não É um Jardim

---. “As Comemorações do Duplo-centenário dos Grandes Momentos da Existência Nacional Começaram Hoje.” 2 de Junho 1940: 1/4.

---. “As Festas Centenárias—O Acto Solene de Hastear da Primeira Bandeira Nacional Celebrou-se Hoje em Guimarães.” 4 de Junho 1940: 1/4.

---. “Assembleia Nacional—Os Trabalhos do Congresso do Mundo Português.” 3 de Julho 1940: 1/5.

---. “Chegou Hoje a Lisboa Chefiada pelo General Pinto a Missão Especial Brasileira Delegada às Comemorações Centenárias.” 20 de Maio 1940: 7.

---. “Comemorações Centenárias—Inaugura-se Hoje nas Caldas da Rainha a Exposição da Estremadura (O Museu José Malhoa será aberto solenemente).” 11 de Agosto 1940: 4-5.

---. “Consórcio de Negros—Casaram-se Hoje a Sra. Rita e o Sr. Lacerda.” 22 de Agosto 1940: 5.

---. “Em Lourenço Marques—Será Inaugurada em Dezembro a Estátua Equestre de Mouzinho de Albuquerque.” 6 de Agosto 1940: 3.

---. “Exposição do Mundo Português. É Hoje Inaugurada a Secção Colonial—Apreciável Documentário da Acção Colonizadora dos Portugueses e da Maneira como Vivem os Nossos Povos Ultramarinos.” 27 de Junho 1940: 4.

---. “Na Exposição de Belém—A ‘Nau Portugal.’” 6 de Julho 1940: 4.

---. “Na Sala da Câmara Corporativa—Na Sessão Solene de Encerramento do Congresso Português, o Sr. Dr. Julio Dantas Enalteceu o Valor da Cultura como o Cimento da Concórdia entre os Povos.” 13 de Julho 1940: 4-5.

---. “No Cenário de Belém—O Cortejo Histórico do Mundo Português.” 30 de Junho 1940: 1 e última.

---. “No Palácio de S. Bento—Terminaram Esta Tarde os Trabalhos do Congresso do Mundo Português.” 12 de Julho 1940: 1/4.

---. “O Brasil nas Comemorações Centenárias.” 1 de Maio 1940: 4.

---. “Oito Séculos de Nacionalidade—Vista Panorâmica da Exposição do Mundo Português.” 23 de Junho 1940: 1/4.

Maria Manuel Baptista

---. “Oito Séculos de Vida.” 2 de Junho 1940: 1.

---. “Os Centenários—A Batalha de Ourique Foi Hoje Comemorada, na Planície Alentejana.” 13 de Junho 1940: 4.

---. “Os Centenários—Abre Amanhã a Exposição do Mundo Português nos Terrenos ao Longo de Belém.” 22 de Junho 1940: 4.

---. “Portugal de Além-Mar—O Rei do Congo e o seu Séquito Instalados no Recinto da Exposição do Mundo Português.” 12 de Julho 1940: 4.

---. “A Semana das Colónias.” 15 de Junho 1940: 3.

---. “Um Artista—Conttinelli Telmo, o Realizador da Exposição, Arquitecto Notável, Pintor, Escritor e Músico.” 21 de Julho 1940: última página.

---. “Uma Sugestão—A ‘Nau Portugal’ Poderá Servir Para Nela se Instalar o Museu Naval Português.” 20 de Agosto 1940: 3.

---. “Unidade Cívica—Os Portugueses no Brasil Associaram-se Festivamente às Comemorações Centenárias.” 11 de Agosto 1940: 4-5.

Ribas, M. “O Ano Colonial.” *Comércio do Porto*. 1 de Janeiro 1952: 2.

---. “O Ano Colonial.” *Comércio do Porto*. 1 de Janeiro 1955: 2.

Ribeiro, A. “Temas de Actualidade—O Feminismo e as Semanas Coloniais.” *Diário de Lisboa*. 17 de Julho 1940: 3.

Rocha, H. “O Ano Colonial.” *Comércio do Porto*. 1 de Janeiro 1947: 3 e 4.

Toscano, F. “Recordando o Passado—Soldados de África.” *Diário de Lisboa*. 12 de Julho 1940: 7.

Bibliografia Crítica:

Acciaiuoli, M. “A Exposição de 1940—Ideias, Críticas e Vivências.” *Colóquio/Artes*. nº 87 (Dezembro 1990): 18-25.

Almeida, M. V. d. “O Regresso do Luso-tropicalismo—Nostalgias em Tempos Pós-coloniais.” *Essas Outras Histórias que Há Para Contar*. Lisboa: Salamandra, 1998. 235-243.

A Lusofonia Não É um Jardim

Almeida, O. T. “À Propos de la Lusophonie: Ce Que la Langue n’Est pas.” *Lusophonie et Multiculturalisme—Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*. L. B. d. O. (ed.). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 139-145.

Baptista, M. M. “O Conceito de Lusofonia em Eduardo Lourenço: Para Além do Multiculturalismo ‘Pós-Humanista.’” *III Seminário Internacional “Lusografias.”* Évora, 8 a 11 de Novembro de 2000, Évora: Universidade de Évora, 2000.

---. “Da Cultura Europeia à Lusofonia: Pensar o Impensado com Eduardo Lourenço.” *IV Congresso Internacional de Língua, Cultura e Literatura Lusófonas: Galiza, Portugal, Brasil e Palop*. L. F. (ed.). Santiago de Compostela: Irmandade das Falas de Portugal e da Galiza, 2000 (b).

Benjamim, W. “Theses on the Philosophy of History.” *Illuminations*. London: Routledge, 1992. 245-55.

Cruzeiro, M. “Entre a Revolução dos Cravos e a Expo98.” *Inovação* nº 12 (1999): 59-70.

Derrida, J. *Specters of Marx: The State of Debt, the Work of Mourning and the New International*. London: Routledge, 1994.

Duvignaud, J. *Sociologie de la Connaissance*. Paris: Payot, 1979.

Foucault, M. *As Palavras e as Coisas—Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Rosa, A. R. Lisboa: Ed. 70, 1991.

---. *A Ordem do Discurso (Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970)*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. Lisboa: Relógio d’Água, 1997.

Freud, S. *Totem e Tabu*, Lisboa: Relógio d’Água, 2001.

Freyre, G. *O Mundo que o Português Criou—Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as suas Colónias Portuguesas*. Lisboa: Livros do Brasil [c1940].

Labanyi, J. “O Reconhecimento dos Fantasmas do Passado: História, Ética, Representação.” *Fantasmas e*

Maria Manuel Baptista

Fantasia Imperiais no Imaginário Português

Contemporâneo. Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira (eds). Porto: Campo das Letras, 2003. 59-68.

Lacan, J. *Écrits I*. Paris: Éd. du Seuil, 1966.

---. *Écrits II*. Paris: Éd. du Seuil, 1971.

Levinas, E. *Éthique et Infini*. Paris: Fayard, 1982.

Lotman, I. *La Semiosfera I—Semiótica de la Cultura y del Texto*. Trad. Navarro. Valencia: Ediciones Cátedra Universitat de Valencia, 1996.

Lourenço, E. “Retrato (Póstumo) do Nosso Colonialismo Inocente (I)” (1961/63). *Critério. Revista Mensal de Cultura* nº 2 (1975): 8-11 e 63.

---. “Retrato (Póstumo) do Nosso Colonialismo Inocente (II)” (1961/63). *Critério. Revista Mensal de Cultura* nº 3 (1976): 5-10.

---. “Psicanálise Mítica do Destino Português” (1977/78). *O Labirinto da Saudade—Psicanálise Mítica do Destino Português*. Lisboa: D. Quixote, 1978. 19-68.

---. “O Novo Espaço Lusófono ou os Imaginários Lusófonos.” *Actas do Congresso Comemorativo do 1º Centenário de Autonomia dos Açores*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995. 11-21.

---. *A Nau de Ícaro, Seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.

---. “Para Uma Revisitação Improvável” (2000/10/23), *O Labirinto da Saudade—Psicanálise Mítica do Destino Português*. 6a Ed. Lisboa: Gradiva, 2000. 11-15.

Macedo, H. “La Littérature / Les Littératures. Convergences et Divergences.” *Lusophonie et Multiculturalisme—Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 3-7.

Matos, H. *Salazar—1928-1933: A Construção do Mito*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2004.

---. *Salazar—1934-1938: A Propaganda*. Rio de Mouro: Temas e Debates, 2004.

Medeiros, P. d. “Casas Assombradas.” *Fantasma e Fantasia Imperiais no Imaginário Português*

A Lusofonia Não É um Jardim

Contemporâneo. Margarida Calafate Ribeiro e Ana Paula Ferreira. Porto: Campo das Letras, 2003. 127-149.

Ribeiro, M. C. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.

Ritzer, G. *The McDonaldization of Society: An Investigation into the Changing Character of Contemporary Social Life*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2002.

Santos, B. d. S. *Pela Mão de Alice—O Social e o Político na Pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1996.

---. "The Fall of the Angelus Novus: Beyond the Modern Game of Roots and Options." *Current Sociology* 46 n° 2 (1998): 81-118.

---. "Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-Identidade." *Entre Ser e Estar—Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Maria Irene Ramalho and António Sousa Ribeiro (eds). Porto: Afrontamento, 2001. 23-85.

Sapega, E. W. "Memória Pública e Discurso Oficial: Visões da Época Salazarista na Obra de Irene Lisboa, José Saramago e Mário Cláudio." *Discursos* n° 13 Outubro 1996: 99-112.

Torgal, L. R. *O Cinema Sob o Olhar de Salazar*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

Trajano-Filho, W. *Pequenos mas Honrados: Um Jeito de Ser na Metrópole e nas Colónias*. Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2003.

Vecchi, R. "Das Relíquias às Ruínas. Fantasmas Imperiais nas Criptas Literárias da Guerra Colonial." *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Margarida Calafate Ribeiro and Ana Paula Ferreira (eds). Porto: Campo das Letras, 2003. 187-202.